



AVISO
PUBLICITAÇÃO DO INÍCIO DO PROCEDIMENTO

Quarta alteração à Portaria n.º 143/2012, de 21 de dezembro

O novo Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que entrou em vigor a 8 de abril de 2015, veio estabelecer o procedimento do regulamento administrativo, bem como o dever de se publicitar o início do procedimento com vista a possibilitar a constituição como interessados e a apresentação de contributos pelos cidadãos no âmbito da elaboração de projetos de regulamentos ou projetos de alteração/revisão de regulamentos.

Nos termos previstos no n.º 1 do artigo 98.º do CPA, consagra-se que o início do procedimento é publicitado na internet, no sítio institucional da entidade pública, com indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.

Considerando a Portaria n.º 143/2012, de 21 de dezembro, alterada pelas Portarias n.ºs 76/2014, de 18 junho, 137/2019, de 28 de março, e 230/2020, de 26 de maio, que adotou as medidas de aplicação e de controlo da concessão da ajuda da Medida 2 - Apoio à Produção das Fileiras Agropecuárias da RAM, Ação 2.3 Fileira da Carne, Subação 2.3.1 Ajuda ao abate de bovinos, do subprograma a favor das produções agrícolas para a RAM;

Considerando que em 5 de dezembro de 2019, a Comissão Europeia aprovou a alteração ao Programa Global, apresentada por Portugal para 2020, em conformidade com o n.º 2 do artigo 40.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 180/2014 da Comissão, de 20 de fevereiro de 2014, alterado pelos Regulamentos de Execução (UE) da Comissão n.ºs 1282/2014, de 2 de dezembro de 2014, 2018/920, de 28 de junho de 2018 e 2019/260, de 14 de fevereiro de 2019;

Considerando que a Portaria n.º 230/2020, de 26 de maio, veio alterar a Portaria n.º 143/2012, de 21 de dezembro, alterada pelas Portarias n.ºs 76/2014, de 18 junho e 137/2019, de 28 de março, para introduzir aquelas alterações ao Programa Global;

Considerando que, porém, por lapso só agora detetado, a Portaria n.º 230/2020, de 26 de maio, não reflete integralmente a versão final das propostas de alteração submetidas por Portugal à





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Comissão Europeia e, como tal, aquelas que efetivamente esta aprovou;

Assim, existindo a necessidade de, através de portaria, proceder à alteração da Portaria n.º 143/2012, de 21 de dezembro, para sanar as inexatidões, Sua Excelência o Secretário Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural autoriza o início do procedimento **do projeto de portaria que procede à quarta alteração à Portaria n.º 143/2012, de 21 de dezembro**, a 19 de março de 2021, bem como a publicitação, pelo prazo de 10 dias, na página eletrónica da Secretaria Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Durante o prazo anteriormente referido podem os interessados constituir-se como tal e apresentar contributos ao procedimento **que procede à quarta alteração à Portaria n.º 143/2012, de 21 de dezembro**, mediante apresentação de requerimento dirigido ao Exmo. Secretário Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Avenida Arriga n.º 21-A – Edifício Golden Gate 5.º andar 9000-060 Funchal, respetivamente, através de carta registada com aviso de receção ou de caixa postal eletrónico gabinete.sra@madeira.gov.pt do qual conste nome, número de identificação fiscal, respetivo endereço de correio eletrónico e consentimento para que este seja utilizado para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do CPA.

Existindo interessados, e em momento posterior, será procedida a audiência dos interessados nos termos do art.º 100.º e 101.º do CPA.

A Secretaria Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural procederá à apreciação dos contributos e sugestões apresentados pelos interessados e com a aprovação da Portaria em causa disponibilizará um relatório contendo referência a todas as respostas recebidas, bem como uma apreciação global que reflita o entendimento desta entidade sobre as mesmas e os fundamentos das opções tomadas.

Secretaria Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural, aos 19 de março de 2021.

A Chefe do Gabinete

Daniela Rodrigues Olim

